

MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO DA
IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO
INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO

OEA/Ser.L/XXIII.2.2.
MESICIC/CEP-II/doc.5/06 rev. 2
21 novembro 2006
Original: espanhol

Segunda Reunião da Conferência dos Estados Partes
20 e 21 de novembro de 2006
Washington, D.C.

**PROGRAMA INTERAMERICANO
DE COOPERAÇÃO PARA COMBATER A CORRUPÇÃO**

Os Estados membros da OEA, levando em consideração:

Que a Assembléia Geral da OEA, por ocasião de seu Vigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, mediante a resolução AG/RES. 1477 (XXVII-O/97), adotou um “Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção”;

Que, desde então e até o presente, foram desenvolvidas as ações que esse Programa previa nos âmbitos jurídico, institucional, internacional e da sociedade civil;

Que, também, no período transcorrido entre a adoção deste Programa e a data atual, ocorreram novos desenvolvimentos de grande importância relacionados com a cooperação internacional e hemisférica contra a corrupção que deveriam ser levados em conta em um programa dessa natureza, entre os quais cabe destacar os seguintes:

- Os diversos mandatos na matéria adotados pelas quatro Cúpulas das Américas e pela Assembléia Geral da OEA nas reuniões realizadas desde então, inclusive a resolução AG/RES. 2219 (XXXVI-O/06), que reiterou a satisfação pelo acordo alcançado na Primeira Reunião dos Estados Partes do MESICIC de fortalecer a Conferência dos Estados Partes como foro político para abordar os temas de cooperação hemisférica contra a corrupção;
- A criação do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESICIC), mediante o “Documento de Buenos Aires”, e a declaração assinada pelos Estados Partes em 2001, bem como o cumprimento efetivo de suas funções pela Conferência dos Estados Partes e pela Comissão de Peritos deste Mecanismo, com o apoio da Secretaria Técnica, culminando na Primeira Rodada de Análise com a adoção dos 28 relatórios por país e do respectivo Relatório Hemisférico e no início da Segunda Rodada de Análise;
- A adoção da Carta Democrática Interamericana em 2001, que estabelece que, entre outros, “são componentes fundamentais do exercício da democracia a transparência das atividades governamentais, a probidade” e “a responsabilidade dos governos na gestão pública”;
- A adoção da “Declaração sobre a Segurança nas Américas” em 2003, na qual os Estados expressaram que a corrupção “constitui uma ameaça à segurança de nossos Estados” e se comprometeram a fortalecer o MESICIC;

- A adoção de instrumentos jurídicos relacionados com o combate à corrupção e de mecanismos para seu acompanhamento, entre os quais aqueles no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Conselho Europeu, bem como a negociação, aprovação e recente entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção;

Que a resolução AG/RES. 2219 (XXXVI-O/06), “Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção e do seu Programa de Cooperação”, em seu parágrafo dispositivo 8, dispôs “recomendar que, na próxima reunião da Conferência dos Estados Partes do MESICIC, se considere, revise, atualize e complemente, no que se julgar pertinente, o Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção, adotado em conformidade com a resolução AG/RES. 1477 (XXVII-O/97), e se apresentem suas recomendações, por meio do Conselho Permanente, para sua aprovação formal à Assembléia Geral, em seu Trigesimo Sétimo Período Ordinário de Sessões, e solicitar à Secretaria-Geral que elabore uma proposta que sirva de base para esses efeitos”; e,

Em cumprimento do anterior, acordam que este será o novo texto do Programa Interamericano de Cooperação para Combater a Corrupção, cuja implementação requer o desenvolvimento das seguintes ações:

I. ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO

1. Exortar os Estados membros da OEA que ainda não o fizeram a que considerem, o quanto antes possível e conforme o caso, ratificar a Convenção Interamericana contra a Corrupção ou a ela aderir, e/ou tornar-se membros do MESICIC, bem como realizar as gestões que forem necessárias para facilitar essas ações.

2. Continuar fortalecendo o MESICIC e, para essa finalidade:

- a) Consolidar a Conferência dos Estados Partes do MESICIC como o órgão que tem a autoridade e responsabilidade geral de implementar o Mecanismo e ser o foro político para a abordagem dos temas de cooperação hemisférica contra a corrupção, de acordo com o “Documento de Buenos Aires” e as decisões desta Conferência.
- b) Continuar realizando a análise técnica da implementação da Convenção pelos Estados Partes, por meio da Comissão de Peritos do MESICIC, bem como o acompanhamento da implementação das recomendações que esta formular aos Estados Partes nos relatórios por país, em conformidade com o disposto no “Documento de Buenos Aires” e no Regulamento e Normas de Procedimento da Comissão.
- c) Continuar fortalecendo os serviços de secretaria técnica do MESICIC, entre outros, para apoiar o cumprimento das funções a cargo da Comissão de Peritos e da Conferência dos Estados Partes, a divulgação dos desenvolvimentos neste âmbito e a coordenação ou execução de programas de cooperação técnica.

- d) Divulgar pela Internet e por outros meios os relatórios por país, hemisféricos e anuais de avanço a que se referem os artigos 25, 30 e 32 do Regulamento e Normas de Procedimento da Comissão de Peritos do MESICIC.
- e) Promover, divulgar, coordenar e executar programas e projetos de cooperação técnica para apoiar os Estados que o solicitarem nos processos de implementação das recomendações formuladas pela Comissão de Peritos do MESICIC por meio de seus respectivos relatórios nacionais de análise, promovendo a tomada de medidas que favoreçam a implementação das recomendações.
- f) Continuar facilitando a participação e as contribuições das organizações da sociedade civil nas atividades da Comissão de Peritos e na Conferência dos Estados Partes do MESICIC, de acordo com seus respectivos Regulamentos, bem como, quando for o caso, nos processos relacionados com a implementação das recomendações em cada um dos Estados Partes, de acordo com sua legislação interna.
- g) Promover, quando necessário, programas de capacitação de Peritos do MESICIC, voltados para a implementação das disposições.
- h) Apoiar o fortalecimento do financiamento do MESICIC, tanto com recursos do Fundo Ordinário da OEA como com fontes de financiamento externo, incluindo a consideração pelos Estados Partes, conforme o caso, de continuar ou começar a realizar contribuições voluntárias, a fim de que o Mecanismo possa continuar desenvolvendo seus trabalhos de maneira eficiente e ótima.

II. INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO

1. Consolidar, por meio da página na Internet da OEA, o “Portal Anticorrupção das Américas”, mediante o qual se facilite o acesso a informações sobre os desenvolvimentos em matéria de transparência na gestão pública e cooperação contra a corrupção no âmbito da OEA, incluindo todos aqueles ocorridos no âmbito do MESICIC, bem como a links com os websites das instituições dos Estados membros com responsabilidades nesta matéria.

2. Desenvolver, apoiar ou manter páginas ou redes na Internet, com acesso restrito se assim se julgar necessário, para facilitar o intercâmbio de informações entre autoridades com responsabilidades em áreas específicas relacionadas com a transparência na gestão pública e as políticas de prevenção, investigação ou indiciamento de atos de corrupção.

3. Dar a mais ampla divulgação possível às atividades e aos desenvolvimentos em matéria de cooperação contra a corrupção no âmbito da OEA, inclusive os relacionados com o MESICIC e as ações realizadas para a implementação de suas recomendações nos Estados Partes.

4. Elaborar e distribuir publicações impressas que divulguem os relatórios, as atividades e os desenvolvimentos em matéria de cooperação contra a corrupção no âmbito da OEA.

5. Considerar a criação ou o aperfeiçoamento, conforme seja cabível, de programas educacionais e de capacitação, inclusive programas para funcionários públicos, que promovam os valores éticos que sustentam a democracia e combatem a corrupção.

6. Incentivar a colaboração dos meios de comunicação na condução de campanhas educativas na luta contra a corrupção e continuar a partilhar experiências sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação na luta contra a corrupção.

III. RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

1. Continuar a facilitar e promover uma cooperação mais ampla entre as autoridades centrais em matéria de assistência para que sejam prestadas informações úteis com fins investigativos e probatórios, bem como ajuda efetiva e concreta que possa contribuir para privar os delinquentes dos instrumentos e do produto do delito e/ou seu equivalente, bem como recuperar esses instrumentos, produtos ou equivalentes e devolvê-los a seus legítimos proprietários, em conformidade com sua legislação interna e instrumentos jurídicos pertinentes.

2. Promover a consideração entre os Estados Partes, de forma complementar à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, quando pertinente, da realização de acordos bilaterais ou multilaterais específicos, no que diz respeito à apreensão e ao confisco dos instrumentos e produtos do delito, bem como à restituição a seus legítimos proprietários dos bens obtidos como consequência desses atos, derivados da comissão de delitos tipificados de acordo com a Convenção Interamericana contra a Corrupção e em conformidade com seu direito interno.

3. Promover a capacitação de peritos e servidores públicos nos temas embargo preventivo, confisco e recuperação de ativos.

IV. COOPERAÇÃO TÉCNICA E EXTRADIÇÃO

1. Fortalecer as atividades de cooperação técnica para continuar avançando na implementação da Convenção e melhorando a eficácia e efetividade das legislações, políticas e instituições nacionais relacionadas com o combate à corrupção, inclusive os programas e projetos para apoiar os Estados no processo de implementação das recomendações da Comissão de Peritos do MESICIC a que se refere o parágrafo I., 2, e, deste Programa.

2. Promover o desenvolvimento e a divulgação de pesquisas e estudos acadêmicos relacionados com a cooperação contra a corrupção, inclusive aqueles que considerem as informações sobre a matéria produzidas no âmbito do MESICIC, bem como facilitar a participação de universidades e centros de pesquisa na sua elaboração, análise e divulgação.

3. Propiciar o conhecimento de programas de capacitação existentes em áreas relacionadas com a cooperação contra a corrupção, bem como, quando possível, o seu desenvolvimento, a fim de facilitar a participação neles dos funcionários competentes dos Estados membros da OEA.

4. Continuar a realizar estudos comparativos das normas legais dos Estados membros a fim de identificar as semelhanças, diferenças e vazios legais que possam existir e, sobre essa base, definir temas que possam levar à elaboração de leis modelo ilustrativas que incluam as técnicas mais avançadas empregadas na luta contra a corrupção.

5. Fortalecer a cooperação para a aplicação efetiva das disposições relativas a extradição, conforme o disposto no artigo XIII da Convenção Interamericana contra a Corrupção, a fim de proceder à detenção e indiciamento dos autores, co-autores, instigadores, cúmplices e acobertadores de atos de corrupção.

V. COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS E MECANISMOS INTERNACIONAIS DE ACOMPANHAMENTO

Continuar promovendo a cooperação, o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de atividades conjuntas, em áreas relacionadas com a transparência na gestão pública e no combate à corrupção, com outras organizações internacionais como as Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Conselho Europeu, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífica (APEC) e o Fundo Monetário Internacional.

VI. SOCIEDADE CIVIL

Propiciar a participação e as contribuições das organizações da sociedade civil nas atividades nacionais e nos desenvolvimentos em nível hemisférico relacionados com a transparência na gestão pública e o combate à corrupção, inclusive os que são realizados no âmbito da Conferência dos Estados Partes e da Comissão de Peritos do MESICIC e nos programas e projetos para apoiar a implementação das recomendações desta nos Estados Partes, de acordo com o previsto no parágrafo I., 2, f, deste Programa.

VII. CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

Recomendar à Conferência dos Estados Partes do MESICIC que, levando em conta a recente entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, considere e aprove em sua próxima reunião uma estratégia sobre a forma como o MESICIC poderia levar adiante a implementação das diferentes áreas temáticas constantes da Convenção Interamericana contra a Corrupção e da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e o acompanhamento de seu andamento.

VIII. SECRETARIA TÉCNICA

Solicitar à Secretaria-Geral que, na qualidade de Secretaria Técnica do MESICIC, continue prestando o apoio técnico necessário para o desenvolvimento deste Programa, por meio do Escritório de Cooperação Jurídica do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais da OEA, de acordo com os recursos atribuídos no orçamento-programa e outros recursos da OEA.

IX. ACOMPANHAMENTO

Recomendar que a Conferência dos Estados Partes do MESICIC e a Assembléia Geral da OEA, no âmbito de suas respectivas competências, dêem o acompanhamento apropriado ao presente Programa.